

Editorial

O presente Dossiê é resultado de uma colaboração e um diálogo entre acadêmicos do Peru, Brasil, México, Equador e da Espanha. Traz uma visão multifacetada, com diversidade de vozes, pensamentos e formas de percepção acerca dos temas dos Direitos Humanos, da Democracia e do Autoritarismo, ao mesmo tempo em que cria um espaço internacional, na medida em que vincula e aproxima os debates acadêmicos realizados em diferentes instituições universitárias.

Na primeira parte do Dossiê, intitulada “Direitos humanos, mulheres e autoritarismo”, os textos trazem reflexões sobre um grande desafio para os direitos humanos: a condição de mulheres que ainda convivem com o patriarcado, o autoritarismo e a violência.

Assim, no primeiro texto, “El delito de agresiones en contra las mujeres os integrantes del grupo familiar analizado a través del enfoque de los derechos humanos”, é possível ver esse problema dentro da perspectiva ibero-americana e não como relativo apenas ao Brasil ou a um outro país. E, sim, como uma realidade global.

Dessa forma, a autora faz, sob a luz dos direitos humanos e dos direitos fundamentais, uma análise do aumento da violência doméstica contra mulheres na América Latina e no Peru, concentrando seu foco na Lei nº 30.364, do Peru, que estabelece a prevenção, a punição e a erradicação de qualquer ato de violência contra a mulher ou qualquer outro membro do ambiente familiar. A autora aborda também o aumento da violência durante a pandemia da Covid-19, apropriadamente chamando esse problema de “pandemia silenciosa”.

Nessa mesma direção, o artigo “Quem cuida de quem cuida? A contribuição das políticas públicas argentinas para a regulamentação brasileira sobre o trabalho reprodutivo não remunerado” mostra o aumento do trabalho doméstico feminino, no Brasil, durante a pandemia da Covid-19. Realiza ainda, sob a ótica da sociedade democrática de direito, um estudo comparado com a legislação argentina, que reconheceu o cuidado materno como tempo de serviço computável para a aposentadoria. O texto discute como esse marco jurídico na Argentina pode ser um importante modelo à gestão brasileira para políticas públicas que combatam as disparidades sexuais no campo do trabalho.

Ainda sobre as disparidades sexuais no trabalho, o artigo “Patriarcado, representações sociais e trabalho: mulheres gerentes no setor bancário brasileiro” discute como o patriarcado e o sexismo interferem no trabalho de mulheres executivas que ocupam cargos gerenciais no setor bancário brasileiro. O estudo aborda a dupla jornada de trabalho das bancárias, que têm o desafio de conciliar maternidade/família/trabalho, recebendo sempre salários inferiores aos dos homens, apesar da existência de leis e instrumentos legais para proteger seus empregos.

Para complementar a discussão, é apresentado o texto: “Diferentes rotas internacionais do tráfico de pessoas a partir do Brasil”, que descreve as diferentes rotas internacionais do tráfico de pessoas a partir do Brasil analisando a atuação das organizações sociais envolvidas no processo de persecução criminal (Polícia Federal, Ministério Público Federal e Justiça Federal), encarregadas da luta contra o tráfico internacional de pessoas.

Seguindo esse tópico, no texto “El delito de tráfico ilícito de drogas y la intervención del Estado para erradicar este delito”, as autoras discutem o crime de tráfico ilícito de drogas no Peru, sua tipificação, e mostram as ações do Estado peruano no combate a esse crime.

Na segunda parte do dossiê, denominada “Direitos humanos e educação”, temos os seguintes textos:

No artigo “Aportes de las Facultades de Derecho ante la carencia de actividades educativas por parte de los partidos políticos”, os autores mostram como as faculdades e escolas de Direito podem, juntamente com grupos políticos, educar e capacitar o cidadão, promovendo uma cultura cívica, com o objetivo de fortalecer a cidadania, consolidando uma formação democrática para que os cidadãos possam exercer funções públicas.

O texto seguinte é uma interessante comparação entre as Constituições do Brasil (1988) e do México (1917) sobre a gratuidade do ensino, embasada em dados sobre alfabetização e utilizando informações estatísticas disponibilizadas pelo Unesco Institute for Statistics a respeito dos dois países latino-americanos, de dimensões continentais e federalizados. A esse estudo comparativo, as autoras acrescentam discussões foucaultianas sobre a arqueologia do saber, com o propósito de analisar as regularidades discursivas sobre a gratuidade de ensino dispostas nas Constituições do Brasil e do México, a fim de observar o discurso em sua complexidade própria, no seu volume próprio, como monumento, com uma recusa a ser “alegórico”.

No artigo “O direito humano à educação e à saúde: um olhar reflexivo da Teoria Crítica frankfurtiana”, embasados na Teoria Crítica frankfurtiana, os autores tensionam as categorias educação, formação e direitos humanos, relacionando-as criticamente à previsão constante das normas internacionais universalistas, e defendem que a educação crítica é que contribuirá para uma interpretação crítica do direito humano

Já no texto “A precarização do trabalho na educação no Brasil e a busca pelo trabalho digno”, é apresentada uma análise das relações de trabalho na área da educação, enfocando sua precarização e apontando a retomada do trabalho docente como política fundamental para a consolidação da educação como fator de promoção da inclusão, da igualdade social e da dignidade, previstos nas diretrizes da Agenda para o Desenvolvimento Sustentável.

A terceira parte, denominada “Direito humanos e Teoria Geral do Direito”, traz seis textos, que debatem os temas a seguir:

Contribuindo para o estudo do direito comparado, no artigo “Alcances jurídicos del derecho de propiedad: un estudio comparativo de los sistemas legales de Perú, Ecuador y Chile”, dois juristas fazem uma análise da evolução histórica dos sistemas legais e um estudo comparado dos fundamentos teóricos e filosóficos que sustentam o direito de propriedade em três países sul-americanos: Peru, Equador e Chile. Assim, o texto traz contribuições para a reflexão sobre o papel do direito na atualidade.

O artigo “Entre espelhos e estátuas: os direitos e o Direito na pós-modernidade” nos leva a uma reflexão sobre os efeitos da pós-modernidade na luta pelos direitos e pelos direitos humanos, especificamente.

Três juristas, partindo da perspectiva de uma sociedade democrática de direito, trazem contribuições ao debate da Teoria do Direito com o texto “Estabilidade, integridade e coerência: o problema do julgamento de demandas repetitivas no Direito brasileiro”. Nesse artigo, os autores analisam o incidente de resolução de demandas repetitivas à luz dos conceitos de estabilidade, integridade e coerência do Dworkin.

Dois professores do Peru trazem uma importante contribuição à Teoria do Direito com o artigo intitulado “Dialogos interdisciplinarios desde la literatura universal y las Teorias del Derecho sobre el derecho a la libertad individual”. A investigação buscou relacionar as contribuições do Direito e da Literatura com as Teorias do Direito, bem como o positivismo metodológico para dar maior profundidade explicativa diretamente à liberdade individual.

Três estudiosos da criminologia trazem também uma grande contribuição para a temática dos direitos humanos, com o estudo intitulado “A dignidade humana e o sentido de justiça: um novo olhar lançado sobre os conflitos das minorias sociais”. Sob o enfoque da criminologia, apresentam uma abordagem da proteção deficiente de minorias na era da revolução digital.

De autoria de dois juristas mexicanos, o artigo “La oralidad en los procedimientos contenciosos administrativos en el sistema jurídico mexicano” defende a necessidade de se contar com um processo oral no ordenamento jurídico mexicano, razão pela qual desenvolve diversas variáveis que configuram a necessidade de tornar a justiça administrativa mais célere e acessível aos sujeitos do litígio.

Na quarta parte do Dossiê, o debate versa sobre “Direitos humanos, igualdade e política”, trazendo os textos seguintes:

O artigo “México firmante del convenio de Washington: estudio del arbitraje como mecanismo de solución e conflicto” defende a incorporação do México à Convenção de Washington, por meio do ICSID, como centro do mecanismo de solução de controvérsias derivadas de investimentos entre o investidor e o Estado receptor, o qual atua como instrumento de solução de conflitos, cujo

objetivo é promover a segurança jurídica entre o investidor e o Estado receptor.

O artigo “Percepciones ciudadanas de los derechos humanos como eje de política exterior de la Revolución Ciudadana (2007-2017)”, discute, com foco na política exterior, o projeto político do Equador, iniciado em 2007, chamado Revolución Ciudadana. O texto destaca como os direitos humanos foram importantes nos níveis discursivo, programático e institucional para a política exterior do Equador.

A derradeira parte discute Direitos Humanos, Igualdade e Política

Ao discutir a violação dos direitos humanos e a impunidade na América Latina, o artigo intitulado “Derechos humanos, impunidad y democracia regional. Retos para América Latina”, nos leva a refletir como na América Latina, a impunidade pela violação dos direitos humanos está intimamente relacionada ao déficit democrático nos diferentes países e à ausência de mecanismos sancionatórios nacionais.

Debatendo ética na política, o artigo “Los recursos económicos y el discurso político en las campañas electorales: un análisis desde la ética”, partindo da realidade mexicana, nos convida a refletir sobre o esquecimento da ética entre os governados e como isso tem gerado corrupção moral.

Na mesma linha do artigo anterior relacionado à ética, o texto “Corrupción de funcionarios en el marco de legitimidad de las instituciones públicas y estado constitucional de derecho en el Perú, 2010-2022” analisa a corrupção cometida por funcionários e servidores públicos que deslegitimou as instituições públicas e o Estado Constitucional de Direito no Peru, durante o período 2010-2022.

Com base em uma abordagem da Teoria Geral do Estado, o artigo “Aportes el enfoque de la Teoría del Estado para analizar la ausencia ideológica de los Partidos Políticos en el Perú” discute, por sua vez, como funcionam as ideologias dos partidos políticos no Peru e se elas contribuem ou não para o fortalecimento do Estado Democrático de Direito.

Já o artigo “¿Quién gobierna la región fronteriza Tijuana-San Diego? Elites, Desarrollo y Desigualdades Sistémicas” analisa a relação e a influência das elites no desenvolvimento da região fronteira Tijuana (México)-San Diego (EUA), através da Teoria das Elites, aprofundando dois níveis de análise: um sócio-histórico, que examina a formação das elites, e outro que estuda as consequências do regionalismo na formulação de políticas de desenvolvimento.

Para finalizar o dossiê, é apresentado o texto “Política, participación ciudadana y acción pública em los inicios de la Revolución Ciudadana en Ecuador (2007-2008)”. Nele, os autores discutem a problemática da qualidade da participação civil em face de um governo disposto ao diálogo e com raízes progressistas, contrariamente ao que ocorre em regimes autoritários. Ao institucionalizar a Secretaria dos Povos, Movimentos Sociais e Participação Cidadã, o governo do equatoriano Rafael Correa demonstrou zelo com o trato humano e com a discussão de temas sensíveis à sociedade daquele país. Para tanto, o trabalho analisou diversos documentos que corroboram o processo político da Revolución Ciudadana. Esse movimento, a Revolución Ciudadana, possibilitou uma estabilidade política no Equador, ao propor uma proximidade aos conceitos de Sorel sobre manter uma boa relação entre o Estado e os atores políticos na formulação de políticas públicas participativas.

Organização

Prof.ª Dr.ª Maurides Macêdo (UFG)

Prof. Dr. Alessandro Rezende da Silva (ISCP)

Prof. Dr. Werner Vásquez von Schoettler (FLACSO)